

Graças a Paulo Gustavo

Lei batizada com o nome do humorista apoia cultura popular no DF

Por Mayariane Castro

A Lei Paulo Gustavo (LPG) tem promovido o fortalecimento de manifestações culturais tradicionais no Distrito Federal, com apoio a projetos voltados à preservação de saberes populares nas áreas da música, do teatro e da contação de histórias.

A iniciativa busca garantir a continuidade de práticas artísticas que integram o patrimônio imaterial do país e a formação identitária das comunidades locais.

Entre as ações apoiadas, está a plataforma Encantarias de Culturas Populares, dedicada a difundir expressões culturais de diferentes regiões do Brasil. O projeto oferece atividades gratuitas à comunidade, como exposições com figurinos, instrumentos, bonecos, máscaras e alimentos típicos, além de media-



Tatiana Reis/Ocre Imagens

O projeto Encantarias recebe incentivo da Lei Paulo Gustavo

De histórias à tradição da flauta de pife

Incentivo alavanca os projetos dos artistas brasileiros

Durante o evento, será realizada uma roda de conversa com Tamá Freire e Nice Teles, integrante do grupo de maracatu Cavalo Marinho.

Outro projeto apoiado pela legislação é o “Memórias Populares”, idealizado pela contadora de histórias Terezinha Ancândida Borges de Brito, conhecida como Mestre Griô Tetê Alcândida.

A proposta reúne aula e espetáculo, com narrativas inspiradas nas tradições caipiras e na cons-

trução de brinquedos populares. O projeto busca valorizar o protagonismo feminino e transmitir memórias intergeracionais.

O espetáculo narra a história de uma comunidade formada por descendentes de indígenas, ciganos e roceiros, retratando modos de vida baseados na produção artesanal e no convívio com a terra. De acordo com a mestra, a industrialização provocou mudanças que afastaram parte da população dessas tradições. Ela destaca que o



Divulgação

Paulo Gustavo foi uma das vítimas da covid-19

apoio da Lei Paulo Gustavo possibilitou o registro e a transmissão dessas experiências.

Em outubro, o Memórias Populares foi apresentado nas Escolas Classe Juscelino Kubitschek e Setor P, no Sol Nascente, e promoveu a Formação de Acessibilidade Cultural no Batalhão das Artes,

em Taguatinga. Durante a atividade, o público colaborou na criação de um Plano de Acessibilidade para o espaço, relacionando teoria e prática no processo formativo.

Pife

A tradição do pife, instrumento de sopro de origem indígena

ções performáticas, rodas de conversa e oficinas de dança e música popular.

A diretora e proponente do Encantarias, Laura Dorneles, afirma que o projeto tem como foco o reconhecimento da identidade e da diversidade cultural.

Apoio fundamental

Segundo ela, o apoio da Lei Paulo Gustavo foi fundamental para garantir a continuidade das ações.

O grupo já realizou atividades no Museu de Arte de Brasília e na Galeria Risofloras, no projeto Jovem de Expressão, em Ceilândia. A última etapa ocorre entre 1º e 9 de novembro, no Espaço Cultural Renato Russo.

Outros exemplos mostram a importância da lei de incentivo para os projetos.

feito de materiais como taboca e taquara, também recebeu incentivo. O projeto “O Pife do Distrito Federal” tem o objetivo de preservar e difundir a cultura das bandas de pife no DF, reunindo mestres, aprendizes e grupos musicais em apresentações, oficinas e rodas de conversa. A proposta busca manter viva uma manifestação típica do Nordeste brasileiro que se expandiu para diversas regiões do país.

A Lei Complementar nº 195/2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, representa o maior investimento público já realizado no setor cultural brasileiro, com recursos superiores a R\$ 3,8 bilhões destinados a projetos artísticos. O financiamento é concedido por meio de editais e outras formas de seleção pública, administrados pelos governos estaduais, municipais e pelo Distrito Federal.

No DF, já foram repassados R\$ 48,1 milhões para o setor cultural, sob gestão da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Seccec).